



Sumário

- Destaque da Semana
- Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)
- Notícias do Executivo
- Notícias do Ministério Público do Trabalho
- Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho
- Atos Normativos
- Dados estatísticos de Fiscalização

Destaque da Semana

[Brasil gerou 129,6 mil novos postos de trabalho em abril](#)

Ministério da Economia (Trabalho) - 24/05/2019

O resultado de abril de 2019 está diretamente relacionado aos setores de Serviço, Indústria de Transformação e Construção Civil, responsáveis pela maior parte da geração de empregos no mês. Destaca-se ainda que o saldo de emprego foi positivo nos oito setores econômicos. No acumulado do ano, de janeiro a abril, foram gerados 313.835 postos de trabalho e o estoque de empregos chegou a 38,7 milhões.

Para ler na íntegra [clique aqui](#)

[Abertura da 5ª Semana Nacional da Conciliação Trabalhista será na segunda \(27\)](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 24/05/2019

A cerimônia de abertura da 5ª edição da Semana Nacional da Conciliação Trabalhista, promovida em todo o Brasil pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) em parceria com os Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs), será realizada no TRT da 1ª Região (RJ), na próxima segunda-feira (27/5), às 9h. Com o slogan “Menos Conflitos. Mais Soluções: com a conciliação o saldo é sempre positivo”, a edição deste ano será realizada de 27 a 31 de maio em todo o país.

[Frigorífico consegue afastar multa por não preencher cota de pessoas com deficiência](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 24/05/2019

A Quinta Turma do Tribunal Superior do Trabalho invalidou a multa imposta ao Frigorífico Rio Doce S.A. (Friso), de Colatina (ES), em razão do não preenchimento da totalidade das vagas para pessoas com deficiência ou reabilitadas. A Turma seguiu o entendimento do Tribunal de que não é cabível a condenação quando a empresa empreender todos os esforços para a ocupação das cotas previstas em lei.

[Montadora pagará diferença de intervalo intrajornada reduzido por meio de norma coletiva](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 23/05/2019

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou a Mercedes-Benz do Brasil Ltda. ao pagamento do valor total do intervalo intrajornada a um montador de São Bernardo do Campo (SP) que não usufruiu do período completo em razão de previsão em norma coletiva. De acordo com a jurisprudência do TST, em relação aos contratos de trabalho vigentes anteriormente à Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017), como no caso, é inadmissível a redução do intervalo intrajornada previsto na lei por meio de norma coletiva.

[Dirigentes eleitos para sindicato não formalizado não conseguem estabilidade no emprego](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 21/05/2019

A Subseção II Especializada em Dissídios Individuais (SDI-2) do Tribunal Superior do Trabalho negou provimento ao recurso ordinário de um grupo de empregados da Yazaki do Brasil Ltda., de Nossa Senhora do Socorro (SE), contra decisão desfavorável à sua pretensão de reconhecimento da estabilidade garantida aos dirigentes sindicais. Não ficou demonstrada, no caso, a existência de pedido de registro do sindicato no extinto Ministério do Trabalho, condição necessária para a reintegração.

[TST elege representante para o Conselho Nacional de Justiça](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 20/05/2019

O Pleno do Tribunal Superior do Trabalho indicou o ministro Emmanoel Pereira para representar o Tribunal

no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no próximo biênio (2019/2021). O indicado, que deve suceder o atual representante do TST, ministro Aloysio Corrêa da Veiga, cujo mandato se encerra em setembro, será sabatinado pelo Senado Federal, a quem compete aprovar a indicação.

[Ações do Grupo Móvel recuperaram R\\$ 3,9 milhões ao FGTS em 2018](#)

Ministério da Economia (Trabalho) - 24/05/2019

As ações realizadas pelo Grupo Especial Móvel de Fiscalização de combate ao trabalho escravo resultaram no recolhimento de R\$ 3,9 milhões em recursos para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), alcançando a regularização de registro de 1.950 trabalhadores sob ação fiscal em 2018. O montante recolhido é sete vezes maior que o de 2017, que alcançou R\$ 539 mil. Os dados constam do Sistema Federal de Inspeção do Trabalho (SFIT), da Secretaria de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia.

[Brasil precisa da Nova Previdência para enfrentar contas públicas comprometidas e voltar a oferecer serviços de qualidade](#)

Ministério da Economia (Trabalho) - 23/05/2019

A Nova Previdência permitirá que Brasil enfrente o círculo vicioso formado por aposentadorias muito precoces, contas públicas comprometidas e serviços públicos de baixa qualidade. Esse posicionamento foi defendido nesta quinta-feira (23) pelo secretário-adjunto de Previdência do Ministério da Economia, Naron Gutierrez Nogueira, em audiência pública da Comissão Especial da Câmara dos Deputados que analisa a Proposta de Emenda à Constituição 06/2019, a PEC da Nova Previdência.

[Governo lança a campanha 'Nova Previdência. Pode Perguntar'](#)

Ministério da Economia (Trabalho) - 20/05/2019

O governo federal lançou nesta segunda-feira (20), no Palácio do Planalto, a campanha "Nova Previdência. Pode Perguntar". Com várias ações de comunicação focadas nos mais diversos públicos, a campanha tem o objetivo de esclarecer dúvidas da população, de forma clara e objetiva, sobre a modernização do sistema previdenciário que está sendo proposto pelo governo.

[Ações fiscais geram inserção de mais de 131 mil aprendizes no país em 2018](#)

Ministério Público do Trabalho - 24/05/2019

Em 2018, o Brasil contratou 444.189 aprendizes, um crescimento de 15% em relação a 2017. Detalhe: a inserção de 131.754 (30%) deles só foi possível em razão das ações fiscais em mais de 55 mil empresas, para cobrar o cumprimento da cota legal de aprendizagem. No entanto, ainda existem mais de 510 mil potenciais vagas que deveriam ser destinadas à aprendizagem, nas empresas. Os dados são de secretarias do Ministério da Economia.

[MPT aciona judicialmente maiores bancos do país por responsabilidade socioambiental](#)

Ministério Público do Trabalho - 24/05/2019

O Ministério Público do Trabalho ingressou com ações civis públicas contra os sete maiores bancos do país (Banco do Brasil, Bradesco, BTG Pactual, Caixa Econômica Federal, Itaú, Safra e Santander) na Justiça do Trabalho de São Paulo, por negligenciarem o risco socioambiental na concessão de crédito a negócios relacionados à exploração do trabalho escravo e outras sérias violações a direitos humanos.

[Escola da ANPT aproximará sociedade de temas ligados à democracia e ao Direito do Trabalho](#)

Ministério Público do Trabalho - 23/05/2019

Na manhã desta quinta-feira (23) foi realizada a cerimônia de lançamento da Escola da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT). Durante o evento foi assinado convênio de cooperação com a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com a presença do reitor Marcelo Knobel, e ainda promovida aula magna, ministrada pelo professor e desembargador Ingo Wolfgang Sarlet, com o tema “Proibição de retrocesso, direitos sociais e reforma trabalhista”.

[Embargo e interdição – Presidente da CTASP recebe dirigentes do SINAIT](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 23/05/2019

Em reunião com a presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público – CTASP, deputada Marcivânia (PCdoB/AP), dirigentes do SINAIT pediram seu apoio para a aprovação do Projeto de Lei 6.742/13 de autoria do ex-deputado Amauri Teixeira. A proposta altera o art. 161 da Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT, para que o Auditor-Fiscal do Trabalho tenha competência para embargar e interditar diante de grave e iminente risco para a vida do trabalhador. O encontro ocorreu, no dia 22 de maio, no gabinete da presidência da CTASP, em Brasília (DF).

[Publicada Circular CAIXA 858/2019](#)

Portal eSocial - 24/05/2019

A referida Circular divulga orientação acerca dos prazos a serem observados pelos empregadores caracterizados no inciso II, do artigo 2º da Resolução do Comitê Diretivo do eSocial nº 02, de 30/08/2016, (2º grupo) pertinentes à geração e arrecadação das guias mensais e rescisórias do FGTS, durante período de adaptação à obrigatoriedade à prestação de informações por meio do eSocial.

[eSocial em números: tempo de processamento do fechamento de folha](#)

Portal eSocial - 22/05/2019

Notícias

A equipe técnica do eSocial divulgou os números da análise do tempo de processamento dos eventos de fechamento de folha recebidos (S-1299 e S-1295), considerados os eventos que mais demandam processamento pelo sistema. Quase todos os eventos de fechamento de folha de abril/2019 foram processados pelo sistema em menos de um minuto.

[Receita apresenta instruções sobre a emissão de Darf Avulso para 2º grupo de obrigados a DCTFWeb](#)

Portal eSocial - 20/05/2019

A Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil iniciou, neste mês de maio, a recepção da DCTFWeb (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos) das empresas do 2º Grupo da DCTFWeb.

[TRT-12 anula infração originada em vistoria em dia de forte chuva](#)

Consultor Jurídico - 26/05/2019

A Justiça do Trabalho decidiu anular 31 autos de infração emitidos por um auditor federal na fiscalização de um canteiro de obras na cidade de Coronel Freitas, no Oeste catarinense, em razão de a vistoria ter ocorrido num dia de forte chuva, com a obra suspensa. A decisão é da 3ª Câmara do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (TRT-SC).

[Prêmio de desempenho não integra cálculo de contribuição previdenciária, diz Receita](#)

Consultor Jurídico - 21/05/2019

Desde o dia 11 de novembro de 2017, o prêmio decorrente de liberalidade do empregador pago em forma de bens, serviços ou valor em dinheiro a empregado não integra a base de cálculo das contribuições previdenciárias. O entendimento está firmado na [Solução de Consulta 151 da Receita Federal](#), publicada nesta terça-feira (20/5).

[Marco Aurélio libera recurso sobre adicional de 10% na multa de FGTS](#)

Consultor Jurídico - 20/05/2019

O ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal, liberou para julgamento recurso que discute a constitucionalidade da cobrança de adicional de 10% nas multas de FGTS em caso de demissão sem justa causa. O valor é cobrado em conjunto com a multa de 40%, mas a fatia fica com a União. O julgamento ainda não tem data para acontecer.

Atos Normativos

[MENSAGEM Nº 194, DE 20 DE MAIO DE 2019](#) (DOU de 21/05/2019 Seção I Pág. 09) - Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei que “Dispõe sobre a antecipação do pagamento dos honorários periciais nas ações em que o Instituto Nacional do Seguro Social figure como parte e que tramitem no âmbito de responsabilidade da Justiça Federal”;

[SOLUÇÃO DE CONSULTA RFB Nº 151, DE 14 DE MAIO DE 2019](#) (DOU de 21/05/2019 Seção I Pág. 32) - A partir de 11 de novembro de 2017, não integra a base de cálculo, para fins de incidência das contribuições previdenciárias, o prêmio decorrente de liberalidade concedida pelo empregador em forma de bens, serviços ou valor em dinheiro a empregado ou a grupo de empregados, em razão de desempenho superior ao ordinariamente esperado no exercício de suas atividades;

[SOLUÇÃO DE CONSULTA RFB Nº 153, DE 14 DE MAIO DE 2019](#) (DOU de 21/05/2019 Seção I Pág. 32) - Não se aplica o instituto da retenção da contribuição social previdenciária prevista no art. 112 da IN RFB nº 971, de 2009, aos serviços de montagem e administração de alojamento, por meio de empreitada, para utilização de trabalhadores de empresa contratante;

[SOLUÇÃO DE CONSULTA RFB Nº 158, DE 16 DE MAIO DE 2019](#) (DOU de 21/05/2019 Seção I Pág. 32) O afastamento da incidência de contribuições sobre o aviso prévio indenizado em razão do disposto no art. 19 da Lei nº 10.522, de 2002, na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1, de 2014, e na Nota PGFN/CRJ nº 485, de 2016, se restringe às contribuições previdenciárias a cargo do empregado e do empregador;

[RESOLUÇÃO CODEFAT Nº 831, DE 21 DE MAIO DE 2019](#) (DOU de 23/05/2019 Seção I Pág. 20) - Estabelece critérios e diretrizes para instituição, credenciamento e funcionamento dos Conselhos do Trabalho, Emprego e Renda - CTER, nos Estados, Distrito Federal e Municípios, no âmbito do Sistema Nacional de Emprego - SINE, nos termos da Lei nº 13.667, de 17 de maio de 2018;

[CIRCULAR CEF Nº 857, DE 29 DE ABRIL DE 2019](#) (DOU de 23/05/2019 Seção I Pág. 37) - Divulga a versão 3 do Manual de Orientação Retificação de Dados, Transferência de Contas Vinculadas e Devolução de Valores Recolhidos a Maior, como instrumento disciplinador dos procedimentos pertinentes, junto ao FGTS;

[CIRCULAR CEF Nº 858, DE 30 DE ABRIL DE 2019](#) (DOU de 23/05/2019 Seção I Pág. 37) - Dispõe sobre os procedimentos pertinentes à geração e arrecadação da guia de recolhimento mensal e rescisório do FGTS durante período de adaptação à obrigatoriedade à prestação de informações pelo eSocial;

[CIRCULAR CEF Nº 860, DE 22 DE MAIO DE 2019](#) (DOU de 23/05/2019 Seção I Pág. 37) - Divulga versão atualizada do Manual Operacional do Agente Operador do FGTS;

[CIRCULAR CEF Nº 861, DE 22 DE MAIO DE 2019](#) (DOU de 23/05/2019, Seção I, Pág. 37) - Divulga versão atualizada dos Manuais Operacionais do Agente Operador do FGTS;

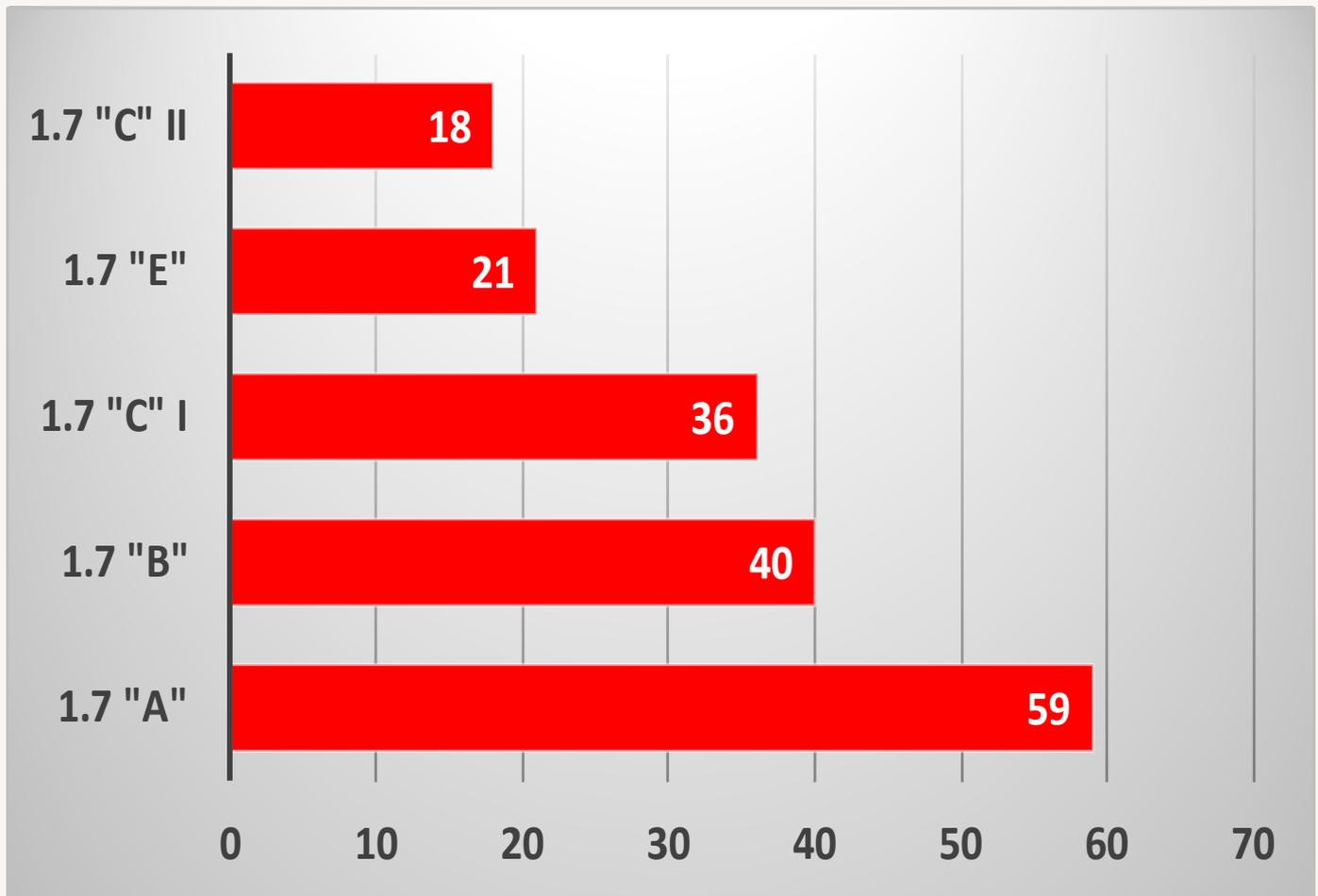
Atos Normativos

[RESOLUÇÃO CODEFAT Nº 833, DE 21 DE MAIO DE 2019](#) (DOU de 24/05/2019 Seção I Pág. 23) - Altera a Resolução nº 822, de 3 de dezembro de 2018, que altera a Resolução nº 467, de 21 de dezembro de 2005, a Resolução nº 759, de 9 de março de 2016, e a Resolução nº 754, de 26 de agosto de 2015, que tratam de critérios e procedimentos para habilitação, concessão e pagamento do benefício seguro-desemprego;

[SOLUÇÃO DE CONSULTA RFB Nº 4.026 DE 22 DE MAIO DE 2019](#) (DOU de 24/05/2019 Seção I Pág. 29) - A atividade econômica principal da empresa, que define o código CNAE principal a ser informado no cadastro do CNPJ, não se confunde com a atividade preponderante do estabelecimento (matriz ou filial), a qual é utilizada para se determinar o grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho (GILRAT/SAT).

Dados Estatísticos de Fiscalização

Os 5 (cinco) itens da Norma Regulamentadora 01 (Disposições Gerais) mais capitulados como “Irregular (Autuação)” durante a fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) no ano de 2017:



Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT/ME

***Irregular (Autuação):** É uma rubrica utilizada pela fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) para contabilizar os itens da legislação trabalhista (CLT ou Segurança e Saúde no Trabalho) que foram capitulados nos autos de infração lavrados em desfavor das empresas durante a ação de fiscalização realizada pelos Auditores Fiscais do Trabalho. Esse quantitativo não está atrelado obrigatoriamente ao número de “notificações” ou “regularizados na ação fiscal” realizadas pela auditoria fiscal do Ministério da Economia. Os atos fiscais do ME são assim contabilizados: RF 1 - Regular; RF 2 - Regularizado na Ação Fiscal; RF 3 - Irregular (autuação); RF 4 - Notificado; RF 5 - Embargo; RF 6 - Levantamento de Embargo; RF 7 - Interdição; RF 8 - Levantamento de Interdição.

Dados Estatísticos de Fiscalização

1.7. Cabe ao empregador:

a) cumprir e fazer cumprir as disposições legais e regulamentares sobre segurança e medicina do trabalho;

1.7. Cabe ao empregador:

b) elaborar ordens de serviço sobre segurança e saúde no trabalho, dando ciência aos empregados por comunicados, cartazes ou meios eletrônicos;

1.7. Cabe ao empregador:

c) informar aos trabalhadores:

I - os riscos profissionais que possam originar-se nos locais de trabalho;

1.7. Cabe ao empregador:

e) determinar os procedimentos que devem ser adotados em caso de acidente ou doença relacionada ao trabalho.

1.7. Cabe ao empregador:

c) informar aos trabalhadores:

II - os meios para prevenir e limitar tais riscos e as medidas adotadas pela empresa;

EXPEDIENTE

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

José Carlos Martins

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Fernando Guedes Ferreira Filho

Presidente da CPRT

Gilmara Dezan

Supervisora de Projetos e Assessora da CPRT

Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico